

INFORMATIVO - DIREITO DIGITAL

BOLETIM DIGITAL



4ª EDIÇÃO

Notícias desta edição [➤](#)

ALMEIDA
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital. Boa leitura!



IMPACTOS DO APAGÃO CIBERNÉTICO DEMANDAM ATENÇÃO DAS EMPRESAS

Os reflexos do apagão cibernético ocorrido em 19 de junho, que afetou serviços essenciais como bancos, hospitais, aeroportos e operadoras de TV em todo o mundo, exigem atenção das empresas que possam ter sido afetadas e a implementação de medidas em resposta ao incidente de indisponibilidade.

AUMENTO DE TENTATIVAS DE PHISHING UTILIZANDO O APAGÃO CIBERNÉTICO DE JUNHO COLOCAM EM RISCO DADOS PESSOAIS E EMPRESARIAIS

A CISA (Agência de Defesa Cibernética) dos Estados Unidos alertou sobre o risco de roubo de dados após o incidente que causou o apagão cibernético global do dia 19 de junho. A agência identificou diversas tentativas de phishing pelo envio de e-mails maliciosos para empresas citando o incidente cibernético.

METADE DE FUNCIONÁRIOS NÃO SE SENTEM CONFORTÁVEIS EM COMUNICAR SEUS ERROS COM IMPACTO NA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Um estudo publicado por uma empresa especialista em conscientização de segurança identificou que metade dos entrevistados não se sentem seguros em informar à administração seus erros com impacto na segurança cibernética. A criação e implementação de planos de resposta a incidentes, além de treinamentos regulares sobre segurança cibernética, são vistos como medidas mínimas para que os funcionários se sintam confiantes nas medidas que devem ser tomadas em situações que impactem a segurança cibernética.

VAZAMENTO DE MAIS DE 10 BILHÕES DE SENHAS PODE SER O MAIOR DA HISTÓRIA

Vazamento de mais de 10 bilhões de senhas, publicadas por um único hacker em fórum no dia 4 de julho, pode ser o maior vazamento da história. Segundo o MIT, o número de ocorrências e vazamentos de dados está em seu maior número na história, justificando um maior investimento das empresas em segurança cibernética, estimado em US\$ 215 bi para 2024.

REGULAMENTO DE IA DA CALIFÓRNIA PREOCUPA BIG TECHS

Projeto de lei SB 1047, que visa regulamentar o uso de Inteligência Artificial na Califórnia, preocupa Big Techs diante das obrigações impostas, como a exigência de testes de segurança em treinamentos de inteligência artificial generativa, e responsabilização em caso de incidentes com vítimas em massa ou que causem mais 500 milhões de dólares em danos em um só incidente.

INCIDENTE EM SISTEMAS DO GOVERNO DEMANDA ATENÇÃO DE EMPRESAS

Incidente de segurança cibernética que afetou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e algumas funcionalidades do Processo Eletrônico Nacional (PEN), impactou andamento de processos essenciais para a operação de órgãos governamentais. O incidente exige atenção das empresas que utilizem os sistemas, inclusive quanto à tramitação de seus processos administrativos e documentos disponibilizados nas plataformas.

PLANO BRASILEIRO DE IA TERÁ SUPERCOMPUTADOR E INVESTIMENTO DE R\$ 23 BILHÕES EM QUATRO ANOS

Lançado durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) prevê altos investimentos e cria oportunidades para desenvolverem projetos em parceria com o poder público. Dentre o investimento total de R\$ 23,03 bilhões até o ano de 2028 estão previstos R\$ 435 milhões em Ações de Impacto Imediato, R\$ 5,79 bilhões em Infraestrutura e Desenvolvimento de IA, R\$ 1,15 bilhão em Difusão, Formação e Capacitação em IA, R\$ 1,76 bilhão em IA para Melhoria dos Serviços Públicos, R\$ 13,79 bilhões em IA para Inovação Empresarial, R\$ 103,25 milhões em Apoio ao Processo Regulatório e de Governança da IA.

RADAR REGULATÓRIO

ANPD REJEITA RECURSO E INSS TERÁ QUE PUBLICIZAR INFRAÇÃO À LGPD

Na sua primeira análise de um caso em segunda instância, a ANPD decidiu rejeitar o recurso do INSS e manter a sanção à instituição. A decisão exige que o INSS dê publicidade a um incidente de segurança, já que a autarquia se recusou a comunicar aos titulares sobre a violação envolvendo seus dados pessoais, obrigação esta inclusive regulamentada recentemente pelo órgão que estabeleceu prazo de 3 dias para ocorrer.

NOVO PRAZO PARA A TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA PROJETO REGULATÓRIO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A ANPD prorrogou a Tomada de Subsídios para projeto regulatório sobre crianças e adolescentes até o dia 16 de agosto. Entre os principais pontos de discussão estão (i) a necessidade de uma análise concreta para definir qual seria o melhor interesse da criança e do adolescente no tratamento de seus dados pessoais, (ii) os desafios na utilização do consentimento como base legal para o tratamento de seus dados, (iii) a proteção de dados pessoais de crianças e de adolescentes que utilizem jogos digitais, e (iv) as aplicações de internet, e outras questões relacionadas ao tratamento de dados das crianças e adolescentes.

ANPD PUBLICA NOVA RESOLUÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO ENCARREGADO (DPO)

A ANPD publicou a nova Resolução CD/ANPD nº 18, que aprova o Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Boas práticas, anteriormente recomendadas para o DPO, agora são regulamentadas, incluindo a proibição do acúmulo de funções e obrigação de declarar situações que possam gerar conflitos de interesse, requisitos de qualificação profissional e de capacidade de se comunicar em português de forma clara e precisa com os titulares e com a ANPD, publicação do nome do responsável em site e formalização da nomeação, inclusive em casos de ausência, são alguns dos principais pontos regulamentados.

RADAR LEGISLATIVO

PL 2869/2024

Institui a proibição da divulgação, promoção e incentivo de jogos perigosos e de vício em jogos eletrônicos e de azar por influenciadores digitais, figuras públicas ou qualquer pessoa, visando proteger a população dos riscos associados a essas atividades.

PL 2850/2024

Oferece incentivos fiscais para entidades privadas que compartilhem imagens de câmeras de segurança com os sistemas públicos de monitoramento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criando a Rede de Segurança Integrada.

PL 1809/2023

Altera a Lei 8.080/1990 – que criou o SUS e a Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet, para dispor sobre o combate à divulgação de mentiras (fake news) que ponham em risco a saúde da população.

PL 778/2024

Institui campanha permanente de combate à cultura dos desafios online, que coloquem em risco a integridade física e mental das crianças e adolescentes.

PL 702/2024

Altera a Lei 13.146/2015 – Lei da Inclusão, para dispor sobre o direito de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial.

AA nas redes sociais

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



Márcio Chaves
Sócio

mmchaves@almeidalaw.com.br
+55 (11) 2714 6900 | 9828